

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE POÇOS DE CALDAS – MG**

JUIZ TITULAR DA VARA: RENATO DE SOUSA RESENDE



Lei de Criação: Lei 10.770 de 21/11/2003

Data da instalação: 06/12/2005

Jurisdição: Poços de Caldas, Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Ibityúra de Minas, Ipuiúna e Santa Rita de Caldas.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 08/09/2011, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h30min do dia 15 de setembro de 2011, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Luiz Otávio Linhares Renault**, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Poços de Caldas, situada na avenida David Benedito Ottoni, 446 – Jardim dos Estados, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho, Dr. **Renato de Sousa Resende**, Titular da Vara desde 23/02/2006; pela Diretora de Secretaria, Sra. Evanayr Sargaço Teixeira (**servidora mais antiga do TRT nesta Vara, tendo ingressado em 28/08/1988**); pelos servidores Adriana Oliveira de Jesus Moniz, Andréa Ramalho, Georgino Martins Fagundes Junior, Giovana Martins Paneto, Gislene Aparecida Lopes Coelho, Glauco Negrini e Raquel Leão Calicchio Zampar; pelas estagiárias Lidiany Veloso de Oliveira e Ana Luísa Silva de Oliveira e por Catiani Cantely Batista, funcionária da FENEIS. Ausentes os servidores Felipe Soares Medeiros e Aldir Pereira Mota, ambos em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1007 (mil e sete) processos distribuídos até o dia 14/09/2011, apurando-se a média de 6,14 (seis vírgula quatorze) processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao rito ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 15/09/2011, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) **rito sumaríssimo**: 28/09/2011;
- b) **rito ordinário**: 13/10/2011;
- c) **instrução**: 26/10/2011.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 88 (oitenta e oito) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 69 (sessenta e nove) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 80 (oitenta) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 50 (cinquenta) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 247 (duzentos e quarenta e sete) autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 155 (cento e cinquenta e cinco) processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. CARGA PARA O(A) MERITÍSSIMO(A) JUIZ(A) DO TRABALHO – Há 1 (um) autos de processo com carga, no prazo.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 66 (sessenta e seis) autos de processos com carga, das quais 4 (quatro) vencidas, cobradas e/ou com dilação do prazo deferida.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constatam 60 (sessenta) autos de processos com carga, das quais 48 (quarenta e oito) vencidas e cobradas.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 1407 (mil quatrocentos e sete) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 60 (sessenta) pendentes de cumprimento, dentro do prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 35 (trinta e cinco) autos de processos com carga para o Setor de Cálculos, todos dentro do prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 575 (quinhentos e setenta e cinco) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 482 (quatrocentas e oitenta e duas) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 35 (trinta e cinco) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação “execução penalidade administrativa imposta”;
- c) 58 (cinquenta e oito) processos arquivados provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) nenhuma execução de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de agosto de 2011.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual no ano de 2010, cuja média de processos em fase de execução foi de 587 (quinhentos e oitenta e sete), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

Segundo informações prestadas pela Sra. Diretora, os autos de processos que estão no arquivo provisório aguardam o decurso de prazo de suspensão da execução, em razão do que dispõem a Lei 6.830/80 e/ou o Provimento 02/2004 do TRT/3ª Região.

Deverá a Secretaria da Vara manter controle rigoroso dos processos arquivados provisoriamente, devendo, findo o prazo de suspensão, fazer conclusão ao(a) MM. Juiz(a) para exame.

1.12. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, ano 2010, constatou-se que esta Vara do Trabalho recebeu 2 (duas) ações relativas à nova competência da Justiça do Trabalho.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 15/09/2011 havia 12 (doze) processos:

- a) **rito sumaríssimo**: 6 (seis) processos;
- b) **rito ordinário**: 3 (três) processos;
- c) **instrução**: 3 (três) processos.

Foram examinados os autos dos processos 00798/11, 01031/11, 01032/11, 001027/11, 01028/11, 01029/11, 01030/11, 00936/11, 00933/11 e 00931/11, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, Parágrafo Único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do rito sumaríssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a): sentenças e despachos.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 00902/11, 00758/11, 00986/11, 00875/11, 90106/10, 01008/11, 01009/11, 01010/11, 00631/11 e 00574/11 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento 01/2008/TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00758/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 16 (mais de 20 dias);
- 00631/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 7 (mais de 30 dias) e cumprimento – f. 9/11 (mais de 10 dias);
- 00574/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 13 (mais de 10 dias) e cumprimento – f. 15/20 (mais de 40 dias).

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 00792/11, 00101/11, 01092/10, 00945/11, 00929/10, 00871/10, 00989/11, 00647/11, 00827/11 e 00259/11.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos autos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00792/11 e 00259/11: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);
- 01092/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – f. 33 (mais de 20 dias) e impulso oficial – f. 34 (mais de 30 dias);
- 00929/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 96 (mais de 20 dias);
- 00871/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 27 e 53 (mais de 20 dias) e f. 30 (mais de 10 dias).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 00853/10, 00264/11, 00946/10, 00072/11, 00771/11, 00390/11, 00991/10, 01083/10, 00142/11 e 00116/11 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos

e data de conclusão dos autos ao Juiz(a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT; cumprimento dos ofícios 106 e 108/2010 expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT 006/2010, encaminhado através do ofício eletrônico 03/2011 e Recomendação CGJT 001/2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2.011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00853/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 279 e 289 (mais de 30 dias);
- 00946/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 62 e 63 (mais de 30 dias);
- 00072/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 21 (mais de 20 dias) e cumprimento – f. 40/41 (mais de 10 dias);
- 00991/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 25 (mais de 40 dias);
- 00142/11: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (21 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 38 (mais de 30 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 90 (noventa) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos do processo 00553/11, 00559/11, 00641/11, 00532/11, 00750/11, 00611/11, 00498/11, 00554/11, 00144/11 e 00660/11 e verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo os processos que assim se encontrem sob constante vigilância e fazendo-os conclusos ao(a) MM. Juiz(a) a cada trinta dias, ou outro prazo razoável, a critério do(a) Juiz(a).

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 00994/11, 00991/11, 0995/11, 00967/11, 00918/11, 00869/11, 00569/11, 00958/11, 00942/11 e 00956/11.

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00918/11: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (18 dias).

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE CONTRA EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há neste ano de 2011, até a presente data, inquérito judicial em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 4 (quatro) ações civis públicas, até a presente data, em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.9. AÇÃO COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há ação coletiva em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 00668/11, 00573/11, 00566/11, 00106/11, 00622/11, 00899/11, 00829/11, 00655/11, 00971/11 e 00596/11.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para

atos do(a) MM. Juiz(a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o(a) MM. Juiz(a), à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomendam-se aos MM. Juízes que, **na medida do possível**, se profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 00422/11, 00081/11, 00978/11, 00371/11, 00912/10, 00530/11, 00779/11, 01047/09, 01199/09 e 00912/09.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do(a) Diretor(a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00422/11: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (19 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 14 (mais de 30 dias);
- 00081/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 22 (mais de 10 dias);
- 00912/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 12 e 18 (mais de 30 dias);
- 00530/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 31 (mais de 30 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foram expedidos 7 (sete) precatórios no ano em curso, até a presente data (processos 00820/07, 01880/06, 01867/06, 00110/07, 00774/06, 00904/07 e 00934/07).

Os autos dos processos acima mencionados encontram-se na Secretaria de Execuções e Precatórios.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 15/09/2011:

- a) **rito sumaríssimo:** 11 (onze) dias;
- b) **rito ordinário:** 38 (trinta e oito) dias;
- c) **instrução:** 37 (trinta e sete) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 15/09/2011, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) **rito sumaríssimo:** 13 (treze) dias (28/09/2011);
- b) **rito ordinário:** 28 (vinte e oito) dias (13/10/2011);
- c) **instrução:** 41 (quarenta e um) dias (26/10/2011).

CORREIÇÃO DE 2010: Na correição realizada em 14/10/2010, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo:** 17 (dezessete) dias;
- b) **rito ordinário:** 26 (vinte e seis) dias;
- c) **instrução:** 74 (setenta e quatro) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) **rito sumaríssimo:** 12 (doze) dias;
- b) **rito ordinário:** 23 (vinte e três) dias;
- c) **instrução:** 48 (quarenta e oito) dias.

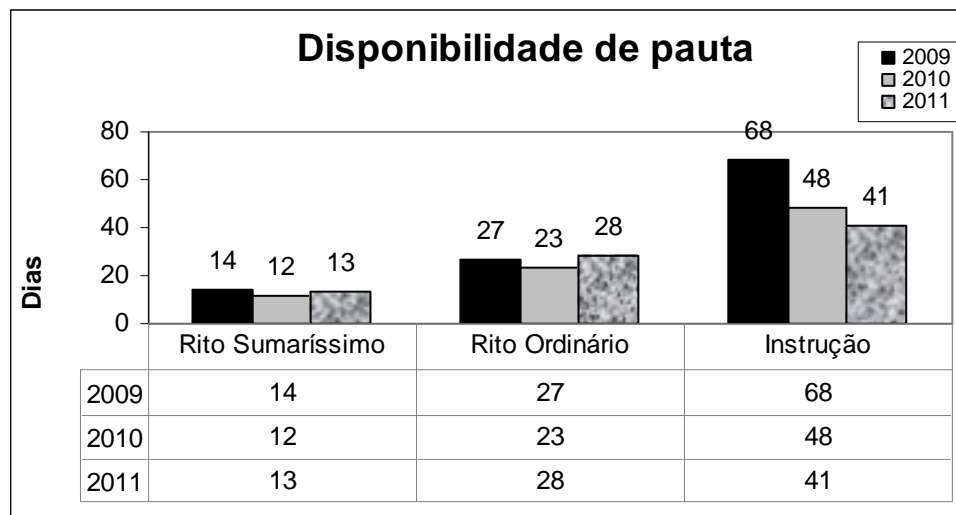
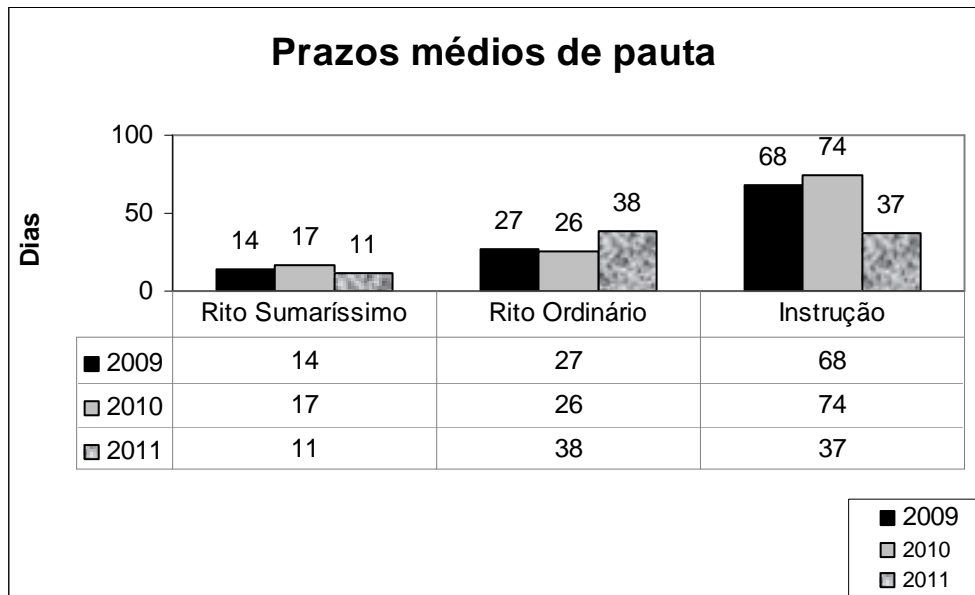
CORREIÇÃO DE 2009: Na correição realizada em 18/11/2009, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) **rito ordinário:** 27 (vinte e sete) dias;
- c) **instrução:** 68 (sessenta e oito) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) **rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) **rito ordinário:** 27 (vinte e sete) dias;

c) **instrução**: 68 (sessenta e oito) dias.



No ano de 2010, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

a) sentenças de conhecimento: 496 (quatrocentas e noventa e seis), média de 2,21 (dois vírgula vinte e um) por dia;

b) decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração: 175 (cento e setenta e cinco), média de 0,78 (zero vírgula setenta e oito) por dia;

c) decisões na fase de execução: 79 (setenta e nove), média de 0,35 (zero vírgula trinta e cinco) por dia;

d) total: 750 (setecentos e cinquenta) processos conclusos para decisão no período, média total de 3,34 (três vírgula trinta e quatro) por dia de expediente forense.

	Ano/2010	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	496	2,21
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	175	0,78
Decisões na fase de execução	79	0,35
Total	750	3,34

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – O MM. Juiz desta Vara do Trabalho, em agosto de 2011, com 22 (vinte e dois) dias úteis, realizou:

a) audiências de rito sumaríssimo: 90 (noventa), média de 4,09 (quatro vírgula zero nove) por dia;

b) audiências de procedimento comum: 62 (sessenta e duas), média de 2,81 (duas vírgula oitenta e uma) por dia;

c) audiências de instrução: 38 (trinta e oito), média de 1,72 (uma vírgula setenta e duas) por dia;

d) audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução: 15 (quinze), média de 0,68 (zero vírgula sessenta e oito) por dia;

e) total de audiências: 205 (duzentas e cinco), média de 9,30 (nove vírgula trinta) por dia.

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Rito sumaríssimo	90	4,09
Procedimento comum	62	2,81
Instrução	38	1,72
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	15	0,68
Total	205	9,30

No mês de agosto de 2011, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram

proferidas 47 (quarenta e sete) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 25 (vinte e cinco) sentenças decorrentes da interposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II-B. Foram conciliados 74 (setenta e quatro) processos, conforme se verificou do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Diretora de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas, geralmente, de segunda a quinta-feira e uma ou duas por mês às sextas-feiras, a partir das 13h10min e/ou 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 15 (quinze) minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 (dez) minutos para as de rito ordinário e de 30 (trinta) minutos para as instruções. São realizadas, em média, 12 (doze) audiências por dia.

De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 520 (quinhentos e vinte) despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Não há auxílio fixo nesta Vara.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que, em sendo designado o auxílio fixo para esta Vara, que se observe o disposto no artigo 118-B da Consolidação Geral dos Provedimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, introduzido pelo Provedimento 01/2010.

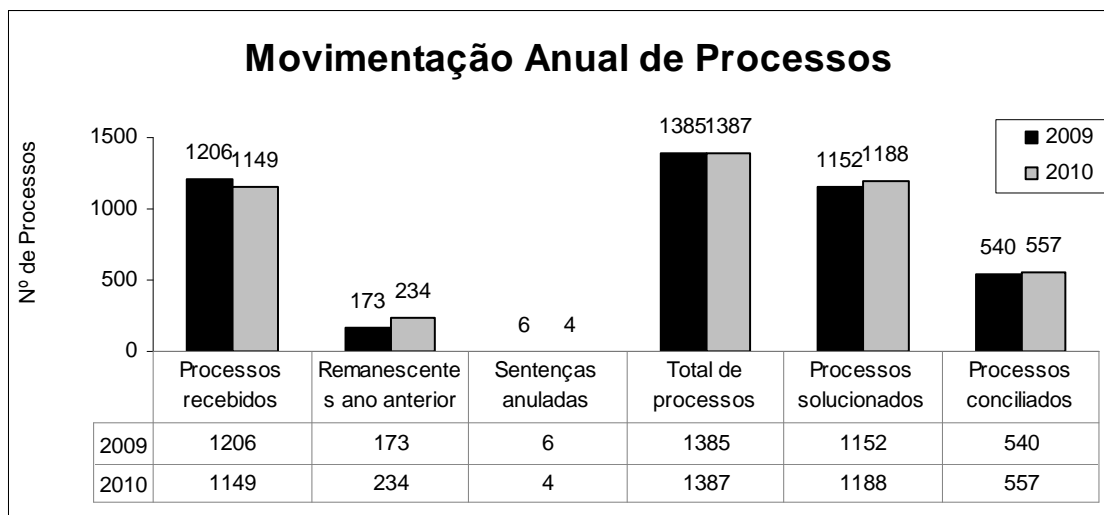
5. PRODUÇÃO – Do total de 1387 (mil trezentos e oitenta e sete) processos para solução em 2010, 1149 (mil cento e quarenta e nove) foram recebidos no ano de 2010, 234 (duzentos e trinta e quatro) são processos remanescentes de 2009 e 4 (quatro) são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 5,13 (cinco vírgula treze). No ano de 2010, o MM. Juiz solucionou 1188 (mil cento e oitenta e oito) processos, dos quais 557 (quinhentos e cinquenta e sete) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 85,65% (oitenta e cinco vírgula sessenta e cinco por cento).

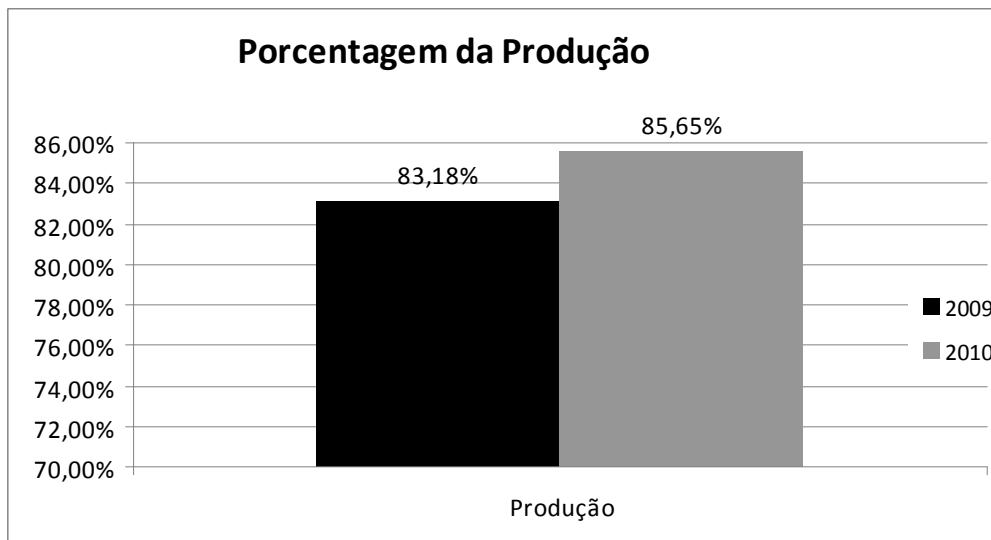
Do total de 1385 (mil trezentos e oitenta e cinco) processos para solução em 2009, 1.206 (mil duzentos e seis) foram recebidos no ano de 2009, 173 (cento e setenta e três) são processos pendentes de 2008 e 6 (seis) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano de 2009, foram solucionados 1152 (mil cento e cinquenta e dois) processos, dos quais 540 (quinhentos e quarenta) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 83,18% (oitenta e três vírgula dezoito por cento).

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 4,96% (quatro vírgula noventa e seis por cento) no número de processos recebidos no ano de 2010. Quanto à produção, verificou-se que em 2010 houve um aumento de 2,47% (dois vírgula quarenta e sete por cento).

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos		
	2009	2010
Processos recebidos	1206	1149
Processos remanescentes do ano anterior	173	234
Sentenças anuladas	6	4
Total de processos para solução	1385	1387
Processos solucionados	1152	1188
Processos conciliados	540	557
Produção	83,18%	85,65%





6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, exercício 2010, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.009.074,90	R\$852.111,14

Nas Varas do Trabalho de Poços de Caldas, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$1.226.872,17 e do Imposto de Renda em R\$670.860,65. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária abaixo da média e de imposto de renda acima da média.

Recomenda-se a Sra. Diretora de Secretaria que sejam observados os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário.

7. PORTARIAS – De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias 01/2011, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou que o(a) MM. Juiz(a) emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora.

Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

9. ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Lastreada em pesquisa realizada com os advogados e cidadãos, usuários da Justiça do Trabalho, constatou-se, nesta Vara do Trabalho, o seguinte resultado:

ADVOGADOS/CIDADÃOS	AVALIAÇÃO DOS ADVOGADOS/CIDADÃOS
Sra. Ketura Kelly de Oliveira – CI MG-14870384	Muito boa qualidade
Dr. Olivaldo Navarro Filho – CI 3736151	Muito boa qualidade
Sr. Johnn Patrício da Silva – CPF 042.024.796-40	Excelente qualidade
Dra. Dinorah Goulart – OAB/MG 80.759	Muito boa qualidade
Dr. Ângelo Garcia Narciso Pereira – OAB/MG 76.576	Excelente qualidade

10. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou, dentre outros aspectos, a muito boa qualidade no atendimento às partes e aos advogados, a observância dos prazos processuais, na maioria dos processos examinados, e a muito boa organização da Secretaria. Foram examinados 80 (oitenta) autos de processos, sendo que em 15 (quinze) foi encontrado excesso de prazo. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, devem ser melhor observados.

Em conformidade com a RA 51/2010 deste Regional, tendo recebido entre 1001 (mil e um) e 1500 (mil e quinhentos) processos, a presente Vara deve contar com 10 (dez) servidores, estando nesta data com o seu quadro de servidores completo.

Com base nas informações prestadas pela Sra. Diretora de Secretaria, o seu quadro está completo desde 20/12/2011.

11. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Corregedor que seja(m):

a) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme recomendação do Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, contida no OF.CIRC.TST.GP 338/2011;

b) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10.6.2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por,

pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

c) observado o disposto no Ato GCGJT 017/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12/09/2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, baseado na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), “*na qual fora assentada a orientação, para os fins da Meta 3 do CNJ, de 2010, de que a expedição de certidão de crédito trabalhista não autoriza a baixa definitiva do processo executivo, por não se encontrar exaurida a prestação jurisdicional*”;

d) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

e) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;

f) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

g) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

h) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região;

i) realizado, pela Secretaria, um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério daquela autoridade;

j) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

k) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias,

conforme artigo 189 do CPC.

11.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO DE 2010:

O Desembargador Corregedor verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

a) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

b) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e despacho de documentos, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC.

O Desembargador Corregedor reitera a observância das recomendações acima elencadas.

12. METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

As Metas Nacionais do Judiciário Trabalhista para 2011 são:

Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3. Julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Meta 5. Criar um núcleo de apoio de execução.

O Desembargador Corregedor, desde logo, sem desprezar outras ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano, salienta ao MM. Juiz Titular e aos demais, auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, assim como de todas as recomendações e ações indispensáveis à melhoria da tutela

jurisdicional, exortando-os, desde já e permanentemente, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região tudo faça para cumpri-las integralmente, como vem ocorrendo ao longo dos anos, deixando todos nós, a Administração, os Desembargadores, os Juízes e os servidores, realizados profissionalmente em face de nossa missão constitucional, tão útil e indispensável à paz social e ao equilíbrio das relações justralhistas.

Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com êxito, o Desembargador Corregedor recomenda que a MM. Juíza confeccione um cronograma e informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento da **Meta 3**, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento da referida meta pelo TRT/3ª Região, que há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O Desembargador Corregedor salientou a importância de se cumprir todas as metas, em especial a meta 3 do CNJ e, em nome da administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco em todas as metas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos, esta “luta” institucional será vencida com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados, bem servindo ao povo, isto é, aos jurisdicionados – justiça de portas abertas, eficiente e eficaz – a quem se dirigem todos os serviços.

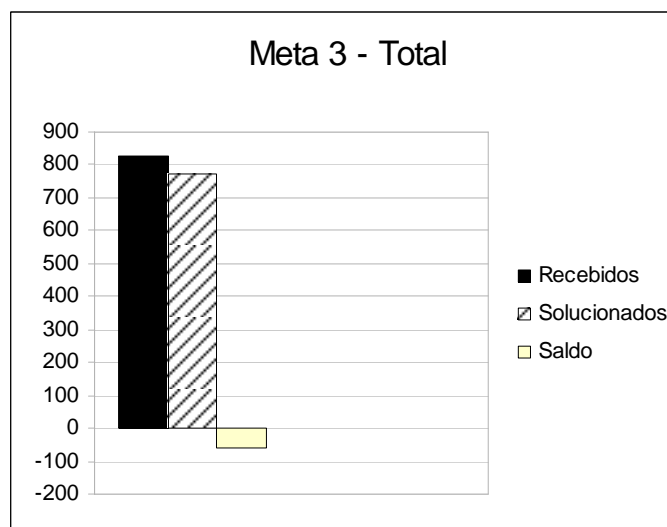
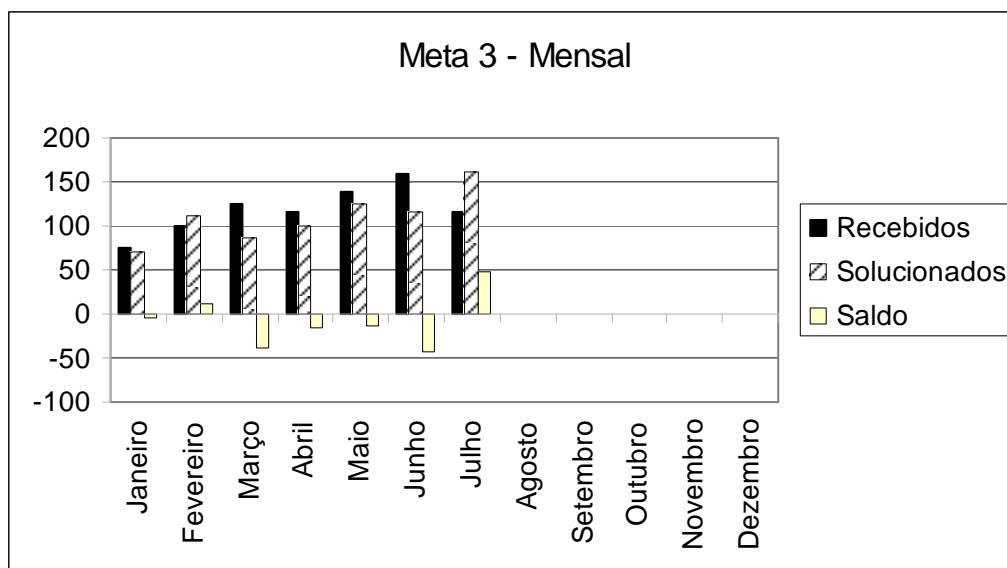
Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara relativamente à Meta Prioritária 3 do CNJ:

META 3 – CNJ

2ª Vara do Trabalho de Poços de Caldas *			
Mês	Recebidos	Solucionados	Saldo
Janeiro	75	70	-5
Fevereiro	100	111	11
Março	125	87	-38
Abril	116	100	-16
Maiο	139	125	-14
Junho	160	116	-44
Julho	115	162	47
Agosto	0	0	0
Setembro	0	0	0
Outubro	0	0	0

Novembro	0	0	0
Dezembro	0	0	0
Total	830	771	-59

* Dados conforme tabela estatística de "movimento processual das Varas do Trabalho" disponível no sítio do TRT 3ª Região



No tocante às Metas Nacionais do Judiciário, para o ano de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho (www.cnj.jus.br), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

13. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, porque perene, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações previstas nas Metas Nacionais Prioritárias 6 e 10, do ano de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

Atendendo, também, à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento à Recomendação 11, do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor em consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Coleprec, seja observada a Instrução Normativa 01/2010 do TRT/3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, através do sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas frente e verso.

Reforça o Excelentíssimo o Desembargador Corregedor que as Varas e os Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas por este Tribunal, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar, anualmente, o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando houver necessidade de

impressão de um documento, optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o *site* “Ambiente Legal”; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação alguma de advogados ou partes quanto aos serviços prestados por esta Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 12h00min, do dia 16 de setembro de 2011, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Lucas Fernandes Viana** _____, Diretor da Secretaria da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular e pela Diretora de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Diretor da Secretaria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Luigi Adriano Pereira de Souza.

Luiz Otávio Linhares Renault
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Renato de Sousa Resende
Juiz do Trabalho Titular



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Evanayr Sargaço Teixeira
Diretora de Secretaria

Adriana Oliveira de Jesus Moniz

Andréa Ramalho

Georgino Martins Fagundes Junior

Giovana Martins Paneto

Gislene Aparecida Lopes Coelho

Glauco Negrini

Raquel Leão Calicchio Zampar